

Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias CONAERO

Este documento resume os temas tratados nesta Comissão durante 3 anos de existência da Secretaria de Aviação Civil. Além disso, compila todas as propostas dos representantes das entidades da aviação civil brasileira para melhoria da atuação desta estrutura de governança, em evento realizado em Brasília, entre os dias 18 e 19 de novembro de 2014.

CONAERO, a nova estrutura de governança do Setor de Aviação Civil

A CONAERO é a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias que trouxe claramente uma maior capacidade de coordenação e articulação das entidades do setor, baseada em decisões estratégicas, tomadas de forma conjunta. Este é um fórum de discussão e deliberação que envolve diferentes visões e interesses. Neste sentido, foram alcançados os pontos positivos e foram debatidas grandes questões que envolvem a ação de coordenar distintas entidades, buscando sempre um objetivo comum.

As ações de Planejamento, Controle e Regulação com base nas diretrizes da CONAERO

As diretrizes estratégicas, estabelecidas pela CONAERO, impactam diretamente nas ações de planejamento de Governo, bem como na ações de Estado (regulação e controle das operações do setor de aviação civil brasileiro). Isso se reflete não apenas nas ações de planejamento durante os eventos de alta demanda, mas também na alteração de regulamentos e em debates sobre programas nacionais de Facilitação e Segurança, áreas importantes do setor.

Os impactos das diretrizes estratégicas da CONAERO na atuação dos órgãos públicos nos aeroportos brasileiros

Nos três anos de atuação, a CONAERO e as autoridades aeroportuárias têm modificado conjuntamente o processamento dos passageiros, bem como, alterado a percepção do próprio usuário nos aeroportos. Nas últimas pesquisas de satisfação, realizadas nos principais aeroportos, já se percebe uma melhoria no desempenho e um reconhecimento dos avanços alcançados, especialmente com a integração e comunicação entre os órgãos do setor. Mesmo assim, ainda é necessária uma ampla discussão sobre o nível de serviço público prestado nos aeroportos.

Os avanços e os desafios da Operação Aeroportuária Brasileira na nova estrutura de governança do setor

A CONAERO gera impactos com suas decisões, e não apenas ao setor público, mas influenciando também o setor privado. Grandes eventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, aproximam esses dois setores tão distintos. Eles precisam interagir de forma mais direta, não apenas no planejamento, mas também durante a operação de grandes eventos. Os grandes investimentos em infraestrutura aeroportuária, tanto de recursos públicos como privados, vêm melhorando gradativamente a percepção dos usuários dos aeroportos. As medições de desempenho dos aeroportos, bem como melhorias em processos organizacionais (Projeto Eficiência nos Aeroportos e Projeto Carga Segura) trazem à tona questões referentes à gestão de aeroportos, especialmente no que se refere ao nível de serviço prestado.

Os avanços e os desafios da Operação Aérea Brasileira na nova estrutura de governança do setor

A participação das empresas aéreas e das empresas de serviços auxiliares, durante o planejamento do governo para os grandes eventos, foi ponto importante na coordenação de ações conjuntas. O enfrentamento de questões centrais, como o procedimento para se evitar a entrada do vírus Ebola no país e o fornecimento de informação dos passageiros que chegam ao Brasil, por protocolos mundialmente estabelecidos, (*Advanced Passenger Information – API e Passenger Name Record - PNR*) para tratamento dos órgãos públicos, destacam a participação ativa dos operadores aéreos, bem como das empresas de serviços auxiliares. Esta participação é viabilizada por intermédio dos comitês técnicos criados pela CONAERO. Entretanto há ainda grandes questões que precisam ser debatidas e equacionadas. A excelência da operação aérea durante a Copa, que atingiu índices de atraso e cancelamento abaixo de níveis europeus, precisa ser estabelecido como meta para o atendimento rotineiro.

BALANÇO CONAERO

Comissão Nacional de Autoridades
Aeroportuárias | 2011-2014

Secretaria de Aviação Civil

Secretário-Executivo, Guilherme Ramalho

O Secretário-Executivo da SAC fez um balanço dos 3 anos de existência da CONAERO e sugeriu a construção desse documento que compila as principais críticas e sugestões dos órgãos públicos e entes privados, com o objetivo de direcionar as ações futuras dessa Comissão. Salientou os primeiros resultados do extinto Comitê de Integração de Sistemas. Também ressaltou o sucesso do planejamento da RIO+20, Copa das Confederações, Jornada Mundial da juventude e da Copa do Mundo, todos os eventos coordenados pelo Comitê de Operações Especiais. Discorreu também sobre a importância das pesquisas de satisfação dos aeroportos brasileiros, que dá transparência da qualidade do serviço público prestado, além de possibilitar a orientação das políticas públicas. Informou também que o Comitê de Desempenho Operacional recebeu orientação da CONAERO para ampliar o número de aeroportos na referida pesquisa e deu ênfase no fomento a cultura de excelência.

Sobre o Comitê de Facilitação, salientou o esforço para se definir uma política nacional para o tema e disse que o grande desafio do Comitê de Segurança, recém instituído pela Comissão, é o de melhorar a segurança nos aeroportos, tanto nos terminais, contra atos ilícitos, quanto a segurança

nas operações, focada nas pistas e pátios dos aeroportos.

Os grandes desafios citados pelo Secretário são o de intensificar o diálogo entre as instituições públicas e privadas, além de manter os padrões de prestação de serviço estipulado pela CONAERO, especificamente o da Copa do Mundo.

Agência Nacional de Aviação Civil

Diretor, Ricardo Bezerra

O Diretor da agência salientou a coordenação dos órgãos públicos como ponto importante para o sistema e explicitou alguns desafios: um nivelamento do conhecimento entre a Comissão e os aeroportos; solicitou que sejam realizadas reuniões da CONAERO nos aeroportos para que eles possam ser mais envolvidos; solicitou que seja reforçada a atuação das Autoridades Aeroportuárias; e que haja pelo menos uma autoridade aeroportuária no principal aeroporto de cada estado brasileiro.

Ministério da Defesa

Cel. Av. Luiz Ricardo Nascimento

O Coronel iniciou sua fala ressaltando a necessidade do diálogo entre os diversos órgãos. Lembrou

também que a concessão dos aeroportos foi um grande avanço e que o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) trabalhou na construção dos requisitos técnicos dos contratos de concessão, especificamente no levantamento da capacidade aeroportuária.

Outro avanço citado foi o acordo do setor para o transporte de órgãos vivos e suas consequências benéficas à sociedade brasileira. Foram feitas também avaliações da capacidade aeroportuária de vários aeroportos brasileiros, especialmente para a Copa do Mundo e Copa das Confederações, e a ampliação da capacidade do aeroporto de Congonhas/SP também foi considerado um grande avanço para o setor.

Além disso, o DECEA trabalhou na construção de regulamentações e otimizações dos processos internos.

Por fim, propôs o desafio de finalizarmos conjuntamente o planejamento da malha aérea durante os Jogos Olímpicos até outubro de 2015.

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO

Diretor, Marçal Goulart

O Diretor iniciou sua exposição salientando a importância do Projeto Eficiência nos Aeroportos que discute e redefine os processos no fluxo de passageiros para o processamento se tornar mais eficiente e rápido. Informou que a CONAERO se tornou um canal de comunicação entre o aeroporto e as várias esferas federais. Salientou a importância do desenvolvimento em

recursos humanos (treinamento, formação educacional), bem como o desenvolvimento tecnológico dos aeroportos. Ressaltou, como desafio, o desenvolvimento do setor de carga aérea e a necessidade de recursos financeiros para a operação dos aeroportos da INFRAERO.

Ministério da Fazenda

Assessor, Ronaldo Medina

O Assessor da Receita Federal reforçou a necessidade de um planejamento de longo prazo para a Comissão. Também reforçou a necessidade da atuação das Autoridades Aeroportuárias Locais. Descreveu que a CONAERO facilitou a organização dos grandes eventos para o órgão e que esta Comissão se tornou uma instância de decisões importantes para a Receita Federal. Com base nesses avanços, a Receita Federal busca agora otimizar o fluxo de passageiros baseado no uso da inovação tecnológica.

Como grandes desafios, o Assessor cita que ainda há resistências a esse modelo que estão sendo “quebradas” com a mudança de cultura. Cita também o alinhamento dos objetivos da Receita Federal com o Grupo Técnico *Secure Freight* que está estudando um processo mais seguro de

transporte de carga aérea. Vê como desafio também o uso maior da tecnologia no fluxo de passageiros nos aeroportos e que a Comissão tenha um modelo de planejamento de médio e longo prazo. Salientou também a necessidade de uma maior participação das instâncias locais e que se estudem melhorias nas medições do desempenho dos servidores por intermédio da pesquisa de satisfação feita pela SAC.

Departamento de Polícia Federal

Delegado-Chefe da Divisão de Controle da Imigração, André Zaca Furquim

O Delegado-chefe fez um resumo da participação do Departamento de Polícia Federal (DPF) em todos os comitês técnicos da CONAERO, ressaltando os projetos mais importantes.

Iniciou falando sobre o papel do antigo Comitê de Integração de Sistemas que tratou de um projeto, ainda em implementação na Polícia Federal, para recepção e tratamento das informações antecipadas dos passageiros aéreos (protocolos API/PNR). De forma conjunta, foram feitas análises das necessidades de informação dos demais órgãos públicos, definição da arquitetura de recepção e tratamento dos dados dos passageiros, publicação de Resolução pela ANAC, contratação de empresa para envio desses dados e que foi celebrado acordo com SERPRO para viabilizar compartilhamento das informações com os demais órgãos públicos. Além disso, o Comitê auxiliou na construção da interface com operador aeroportuário para a implantação de portais de autoatendimento migratório (*e-gates*) em Guarulhos.

Já o Comitê de Facilitação (antigo Comitê de Desburocratização) redigiu minuta de decreto que cuida do Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo (PROFAL) e que trata da padronização de procedimentos nos aeroportos, em consonância com orientações da Organização da Aviação Civil Internacional. Além disso, este Comitê realizou estudos sobre utilização de áreas para órgãos públicos nos aeroportos e trabalha atualmente no projeto de pagamento de multas devidas por estrangeiros, impostas por violação ao Estatuto do Estrangeiro.

O Comitê de Desempenho Operacional, na visão do DPF, buscou definir, de forma conjunta, indicadores para que se estabelecessem metas para os órgãos públicos, de forma a criar uma importante ferramenta de gestão.

Já o Comitê de Operações Especiais foi destacado pela coordenação do planejamento conjunto dos órgãos do setor, que incluiu a definição e validação dos fluxos, o auxílio para recrutamento de servidores, sendo a interface com operadores aeroportuários e empresas aéreas, e sendo também a interface com comitês organizadores de Grandes Eventos. Além disso, salientou a excelente organização da Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações e Copa 2014, além

do planejamento de eventos de alta demanda, tais como período de festas de final do ano e carnaval.

Em tempo, esclareceu a importância do Comitê de Segurança da Aviação Civil, que está responsável pela coordenação da atuação dos órgãos com relação ao assunto, abrangendo a atualização da legislação específica, interface com operadores aeroportuários e empresas aéreas, além do tratamento de questões específicas, tais como furto de bagagens, vírus Ebola, entre outros assuntos.

Por fim, como conquista desta Comissão, salientou a extinção dos voos mistos ou de cabotagem e colocou, como expectativas do DPF, o tratamento de questões que envolvem recursos humanos para os órgãos públicos, uma política para a internacionalização dos aeroportos e o planejamento do setor para os Jogos Olímpicos de 2016.

Ministério da Saúde

Superintendente substituta de Porto, Aeroportos e Fronteiras, Juliana de Melos Couto de Almeida

Com relação aos pontos positivos da CONAERO, a superintendente substituta salientou o fortalecimento governamental para cumprimento das políticas públicas; um tratamento mais equânime de todas as instituições; uma maior interação e aproximação entre os órgãos; avanços na execução de ações intersetoriais, sendo, esta Comissão, um Fórum interinstitucional para consultas, apresentação e discussão de resultados, projetos futuros e dificuldades.

Além disso, esse fórum promoveu maior conhecimento da esfera de atuação dos órgãos.

Outro ponto foi o avanço no desenvolvimento dos Planos de Contingência para Emergências de Saúde Pública e na preparação dos aeroportos para a resposta a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (ESPII) atual. Nos aeroportos, os Centros de Gerenciamento Aeroportuário CGA – fornecem apoio na implementação das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional.

Salientou também a construção do Manual para Alocação de Áreas em aeroportos para órgãos públicos, além da harmonização das ações entre os órgãos na atuação em eventos de massa. Isso foi demonstrado pelo aprimoramento da atuação do governo nos eventos de massa: Rio +20, Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e agora com o planejamento já iniciado dos Jogos Olímpicos. O resultado foi o fortalecimento das equipes locais nesses eventos e uma maior agilidade na resolução dos problemas nos Centros de Comando e Controle. Em contrapartida, o estabelecimento de funcionamento 24h em aeroportos requereu um esforço

muito grande para o cumprimento da decisão, por parte do respectivo órgão.

Como desafio, a Assessora salientou os seguintes temas: a necessidade de aprimoramento das avaliações de desempenho baseados na pesquisa de satisfação; a conclusão dos sistemas de Gestão de Risco com informações antecipadas de passageiros (protocolos API/PNR); a melhoria das ações governamentais relacionadas aos estrangeiros inadmitidos; o avanço na discussão sobre a reposição de RH para melhor atuação dos órgãos públicos; a operacionalização do Manual de Alocação Áreas; o avanço no fortalecimento das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional; a operacionalização do Grupo Técnico de Internacionalização; a busca da racionalidade na habilitação dos aeroportos internacionais; o planejamento de longo prazo das metas da CONAERO para discussão e operacionalização pelos comitês.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Fiscal Federal Agropecuário, Mirela Eidt

A Fiscal salientou, como pontos positivos, a internalização das regras discutidas pelo PROFAL referente a Facilitação do Transporte Aéreo e uma maior agilidade na tomada de decisões. Percebe-se uma maior integração e comunicação facilitada entre os órgãos que atuam nas operações aeroportuárias. Um exemplo é o estabelecimento do Manual de Áreas para organização do espaço físico demandado pelos órgãos públicos nos aeroportos.

Sob o ponto de vista do Ministério, as grandes dificuldades foram: os atrasos no processo de

licitação que impediram a integração de sistemas para a Copa das Confederações em 2013; a cobrança de taxas pelos administradores dos aeroportos aos órgãos públicos (Infraero e privados); Inspeção de segurança diferenciada entre os servidores públicos que atuam nos aeródromos; a questão sobre o tratamento de resíduos orgânicos provenientes do exterior; e a construção da utilização de metodologia integrada de gerenciamento de risco na fiscalização de bagagem de passageiros provenientes do exterior, para maior segurança com mais agilidade.

Casa Civil

Assessor Especial, Pedro Pontual

O Assessor da Casa Civil explicou que o papel do aeroporto mudou nos últimos anos porque há mais acesso do público em geral devido à popularização do transporte aéreo.

Citou que a CONAERO, pelo seu êxito, é uma estrutura orgânica do estado brasileiro, não somente pela interação entre entes públicos, mas por se tornar um exemplo para as demais estruturas de governo.

Ressaltou também que o papel da Casa Civil é o de monitoramento das

ações dessa Comissão, auxiliando na interação entre os órgãos.

Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão

Coordenador-Geral, Otto Burlier

O Coordenador disse que, de certa forma, as ações da CONAERO ajudaram na integração interna de setores do Ministério do Planejamento.

Observou que os grandes desafios desta Comissão são: manter a melhoria nos índices de desempenho operacional; realizar o planejamento estratégico (situacional) da Comissão; observar mais as demandas locais para que sejam levadas e discutidas na própria Comissão, e melhorar a avaliação sobre os indicadores de desempenho operacional.

Apresentou um modelo de planejamento estratégico situacional que está disponível para a implementação, na medida que for solicitado pelos membros desta Comissão.

Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA

Diretor, Douglas Rebouças

O Diretor abriu sua fala questionando o Manual de Alocação de Áreas aos órgãos públicos nos aeroportos, solicitando uma maior participação das discussões por parte dos operadores privados. Questionou também a quantidade de indicadores medidos na pesquisa de satisfação, informando que muitos são de responsabilidade das empresas aéreas e dos órgãos públicos.

Como grandes desafios para a CONAERO, o representante da ANEAA citou a padronização dos processos e procedimento dos órgãos públicos no aeroporto; transferência da coordenação da autoridade aeroportuária da INFRAERO para o operador privado; ampliação das decisões colaborativas que foram tomadas conjuntamente durante a Copa do Mundo; em observar e trazer conceitos de benchmarking internacional para os comitês técnicos; na revisão das legislações que impactam os aeroportos concedidos; e aproximação das autoridades locais da CONAERO.

Como avanços, o representante informou que a CONAERO traz uma visão colaborativa interessante e que também percebeu uma evolução na gestão do setor por parte do governo. Observou que houve maior integração entre todos os entes e que isto gerou mais eficiência. De certa forma, esta estrutura de governança e seus resultados indicaram a relevância do setor, o que é demonstrado pela criação análoga da CONAPORTOS.

Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA

Diretor, Carlos Ebner

O Diretor iniciou observando a necessidade de criação de concurso público especializado para os órgãos do setor, especialmente para a ANAC. Informou também que as entidades devem observar os padrões globais e não criar padrões locais próprios, e externou a percepção de um ambiente colaborativo que esta Comissão trouxe ao setor.

Como desafios, o Diretor salientou a importância de melhorar a percepção do passageiros nos aeroportos, citou a ideia de instituir o Programa do Passageiro Indisciplinado e sugeriu, por fim, o desenvolvimento do setor de carga aérea.

Associação das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - ABESATA

Presidente, Ricardo Miguel

O Presidente salientou a importância da CONAERO na coordenação de todos os entes do setor e o apoio especial do Comitê de Segurança, especialmente nos assuntos sobre roubo de bagagens e procedimentos para evitar a entrada do vírus Ebola no Brasil.

Observou a necessidade da concorrência, especialmente na área de serviços auxiliares de transporte aéreo, para a melhoria na prestação de serviços.

Como desafios, citou: a necessidade de padronização dos procedimentos dos operador aeroportuários; a busca do equilíbrio para a implantação do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional; o

aperfeiçoamento da desoneração da folha das Empresas de Serviços Auxiliares; e o aperfeiçoamento da fiscalização dos entes, pela ANAC.

Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR

Diretor, Guilherme Freire

O Diretor propôs que a CONAERO atue para que haja um melhor alinhamento entre o operador aéreo e o aeroportuário, especialmente na questão de tarifas.

Citou também a proposta de desburocratizar o processo migratório que impacta o processo de embarque e desembarque de passageiros, além de propor o conceito de facilitação do tráfego aéreo no país.

Sugeriu também que seja reformulada a política de Carga Aérea, setor importante para o país.

Pediu que se busque a redução de custos do setor e que haja uma maior participação do setor produtivo nas discussões da CONAERO.

Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil – JURCAIB


Presidente, Robson Bertolossi

O Presidente abriu sua apresentação falando da importância da Carga Aérea brasileira, que está com números em declínio no país. Focando sua apresentação nesse tema, sugeriu que fossem estimulados a melhoria de processos e novas tecnologias para acelerar os processos de liberação de carga nos aeroportos.

Sugeriu que representantes da CONAERO participem da Câmara Temática do Marco Tarifário que é coordenada pela ANAC.

Solicitou também a simplificação e unificação do fornecimento de informações para o Governo brasileiro. Citou como exemplo as similaridades das informações enviadas ao IBAMA e à ANAC.

E ressaltou, por fim, a integração dos entes devido às informações antecipadas de passageiros (protocolos API/PNR) e no caso do processo de prevenção ao vírus Ebola. ●



Coordenador da CONAERO
Guilherme Ramalho

Coordenador Substituto
Nelson Negreiros Filho

Secretário-Executivo
Paulo Henrique Possas

Coordenação Geral
Guilherme Afonso
Carlos Eduardo de Souza Pereira

Coordenadores
Sheila Mara Strack Freire
Marlon Lustosa Ferreira
Sonia Maria de Freitas

Equipe Técnica
Priscilla Sampaio
Carlos Eduardo Gomes Souza
João Alves
Marcelo Moreira
Lydia Queiroz
Arthur Bastos
Marcus Pires

Editado por
Aline Caetano Rebouças

Produzido em Janeiro/2015